



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

**LEI Nº 20.833, DE 27 DE AGOSTO DE 2020**

Revogado pela Lei nº 20.937, de 28-12-2020, Art. 28, IV

~~Institui o Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás—  
FUNCAM e dá outras providências.~~

~~-~~

~~A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º Fica instituído o Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás—FUNCAM, de natureza contábil e orçamentária, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, destinado a financiar as ações de:~~

~~I—valorização do servidor público estadual;~~

~~II—formação, capacitação e qualificação dos servidores públicos estaduais, incluindo recursos e atividades acessórias à realização dessas ações;~~

~~III—realização de concursos públicos e processos seletivos;~~

~~IV—estruturação e manutenção de instalações físicas adequadas ao bom funcionamento da Escola de Governo;~~

~~V— inovação, transformação e modernização institucional dos processos, dos sistemas, dos equipamentos e das ferramentas de tecnologia voltados à melhoria da gestão e dos serviços públicos prestados aos cidadãos; e~~

~~VI— modernização e adequação das unidades de atendimento ao cidadão no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão—Vapt Vupt, da Secretaria de Estado da Administração.~~

~~Parágrafo único. A inovação e a modernização institucional, conforme esta Lei, correspondem às ações de organização administrativa, gestão de pessoas, serviços e patrimônio, além de compras governamentais, licitações e contratos, em consonância com o art. 19 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019.~~

~~Art. 2º Constituem receitas do FUNCAM:~~

~~I—as provenientes de descontos efetuados nos vencimentos dos servidores civis do Poder Executivo em decorrência de faltas não abonadas e de suspensões;~~

~~II—as oriundas do ressarcimento dos custos com capacitação e licenças para capacitação decorrentes de desistência não justificada, reprovações e descumprimento de normas pertinentes;~~

~~III—as oriundas de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos estaduais;~~

~~IV—os valores previstos no art. 6º, incisos I, II e III, da Lei nº 16.898, de 26 de janeiro de 2010;~~

~~V—as provenientes de convênios, termos, acordos ou ajustes celebrados com a União, os Estados, os Municípios, as respectivas entidades da administração indireta e as instituições públicas ou privadas no âmbito das ações decorrentes do disposto no art. 19 da Lei nº 20.491, de 2019;~~

~~VI—as parcelas das receitas oriundas da alienação de bens imóveis de propriedade do Estado de Goiás e da regularização de ocupações caracterizadas como de interesse específico;~~

~~VII—provenientes dos valores arrecadados com a alienação dos veículos próprios do Estado de Goiás, após a dedução proporcional das despesas realizadas com a respectiva licitação;~~

~~VIII—as transferências efetuadas pelo Tesouro, conforme dotações consignadas no orçamento do Estado;~~

~~IX—as subvenções e as doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;~~

~~X—as receitas decorrentes das aplicações do saldo financeiro do próprio fundo; e~~

~~XI—outras receitas eventuais a ele destinadas.~~

~~Parágrafo único. Ato do Poder Executivo estabelecerá o percentual das receitas dispostas no inciso VI deste artigo a ser destinado ao FUNCAM.~~

~~Art. 3º O FUNCAM proverá a Secretaria de Estado da Administração dos recursos necessários à realização das~~

atividades, nos termos do art. 1º, relativas às seguintes despesas:

I — ~~custeio administrativo, inclusive o pagamento do pessoal, destinado a capacitação, consultoria, qualificação, difusão, inclusão e outros processos relacionados à inovação e à modernização institucional, com foco na melhoria da gestão corporativa do Estado, no aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão;~~

II — ~~pagamento de instrutores de alunos, coordenadores, pessoal de apoio de concursos e processos seletivos e consultores em gestão de pessoas voltados à capacitação e à profissionalização do servidor público;~~

III — ~~realização de concursos públicos e processos seletivos;~~

IV — ~~aquisição de materiais didáticos e modernização da gestão voltadas à capacitação e à profissionalização do servidor público, também à melhoria do serviço público, nos termos do art. 1º desta Lei;~~

V — ~~aquisição e manutenção de equipamentos, recursos tecnológicos e materiais permanentes destinados ao aparelhamento e ao reaparelhamento da Escola de Governo e das unidades de atendimento ao cidadão no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão — Vapt-Vupt, da Secretaria de Estado da Administração;~~

VI — ~~aquisição de hardware e software, além de contratação de serviços especializados em manutenções corretivas e evolutivas para o suporte e a melhoria dos processos e dos sistemas voltados à capacitação e à profissionalização do servidor público, à modernização da gestão e à melhoria do serviço público;~~

VII — ~~construção, implantação, restauração, ampliação e reforma de edificações e instalações da sede da Escola de Governo;~~

VIII — ~~modernização e adequação das instalações das unidades de atendimento ao cidadão no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão — Vapt-Vupt, da Secretaria de Estado da Administração; e~~

IX — ~~implantação de processos e sistematias voltadas à inovação e à modernização da gestão pública, incluindo transformação e utilização de novas tecnologias, como inteligência artificial, processamento em nuvem, processamento de grande volume de dados, entre outras inovações;~~

Parágrafo único. ~~As receitas previstas nos incisos VI e VII do art. 2º somente poderão financiar despesas de capital, nos termos do que dispõe o art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.~~

Art. 4º ~~A Secretaria de Estado da Administração será a gestora administrativa e financeira do FUNCAM e fornecerá o apoio técnico e o material necessários à execução das atividades operacionais do Fundo.~~

Parágrafo único. ~~A gestão dos recursos do FUNCAM fica expressamente sujeita ao controle interno exercido pela Controladoria Geral do Estado de Goiás e do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, sem prejuízo de outras fiscalizações previstas na legislação.~~

Art. 5º ~~As receitas ordinárias classificadas como Fonte 100 serão registradas contabilmente no Tesouro Estadual, revertendo-lhe o saldo financeiro apurado ao final do exercício, descontados os saldos já empenhados e pendentes de pagamento.~~

Art. 6º ~~Caberá à Secretaria de Estado da Administração na condição de gestora do Fundo:~~

I — ~~definir as diretrizes e as normas de aplicação de seus recursos;~~

II — ~~elaborar a programação de seus projetos e atividades;~~

III — ~~elaborar o seu orçamento e acompanhar a sua execução;~~

IV — ~~elaborar relatórios gerenciais de acompanhamento das suas atividades; e~~

V — ~~editar normas regulamentadoras, quando necessário.~~

Art. 7º ~~Fica revogado o art. 7º da Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008.~~

Art. 8º ~~Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 27 de agosto de 2020; 132º da República.~~

~~—~~

~~RONALDO CAIADO  
Governador do Estado~~

~~—~~

~~(D.O. de 28-08-2020)~~

~~—~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 28-08-2020.~~



Autor	Governador do Estado de Goiás
Nº do Projeto de Lei	2020002700
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Controladoria-Geral do Estado - CGE Poder Executivo Poder Legislativo Secretaria de Estado da Administração - SEAD Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE
Categorias	Servidor Público Fundos públicos